

o papel do trabalho jamais poderia ser discutido.³³ Se isso é verdade, uma leitura atenta dessa inversão moderna dos valores aponta em Hobbes não um filósofo alheio aos compromissos ideológicos de uma classe que começa a aflorar, mas uma inteligência arguta que captura os fundamentos básicos do seu tempo e os rumos que podem tomar caso um ordenamento legal não seja capaz de assegurar alguma legitimidade ao processo que se desenvolve à vista de todos. O que Hobbes pretende evitar é que a igualdade existente no *estado de natureza* permita que alguém obtenha pela força o que é de outro. E por uma questão fundamental. Hobbes não conhece o *laissez faire* e a sociedade liberal, mas o Estado capitalista no seu período mercantil. Assim, apenas a intervenção estatal tem condições de legitimar a aquisição da propriedade, do *meu* e do *teu*. O que ele faz é traçar as linhas gerais da filosofia burguesa do Estado em sua edificação mercantilista.³⁴

Isso explica porque Hobbes é capaz de dar uma dimensão expansionista ao Estado. Como se sabe, o mercantilismo acentua as intervenções do Estado para fomentar o tráfego de mercadorias, privilegia o comércio internacional, e o empenho em acumular metais preciosos faz os governos excederem as fronteiras. "O mercantilismo é um guerreiro no poder que reserva ao estrangeiro a sua hostilidade".³⁵ Seria injusto, porém, para com "Hobbes e sua dignidade de filósofo", considerar sua escolha pelo mercantilismo como um ato voluntário de rapinagem e de espoliação estrangeira. Não há, para ele, outra alternativa. O Estado mercantil (hobbesiano) é

³³ O parágrafo que encerra o capítulo XIII do *Leviatã* é uma mostra incontestável da transformação que sofre o conceito de felicidade nas mãos de Hobbes. *Op. cit.*, p. 188.

³⁴ A "opção mercantilista de Hobbes" é exposta por Renato Janine Ribeiro em seu livro *Ao Leitor Sem Medo - Hobbes escrevendo contra seu tempo*, São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 113.

³⁵ Cf. R. Janine Ribeiro, *op. cit.*, p. 113, e Robert Kurz, *O Colapso da Modernização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993, p. 237.

expansionista, e por isso mesmo necessita constantemente de acumular poder³⁶ pela simples razão de sustentar-se (basicamente) pela força; e qualquer comunidade baseada na força entra em decadência quando atinge a estabilidade. Sua segurança é extremamente frágil e só se sente capaz de manter o *status quo* adquirindo mais poder.³⁷ Como se vê, o Estado hobbesiano não se restringe à ambiciosa tarefa de perseguir bens materiais, se bem que esta seja uma de suas principais finalidades. O orgulho e a vaidade fazem parte, do mesmo modo, do elenco de objetivos que o poder soberano instrumentaliza a seu favor.³⁸ O Commonwealth "é uma estrutura vacilante que está sempre a precisar de ir em busca de novos esteios de fora". O poder, portanto, é instrumento para adquirir mais poder, riqueza e reputação.³⁹

A filosofia política de Hobbes não deixa de apresentar dificuldades e incongruências na sua articulação estrutural entre a exigência da paz e a necessidade de expansão. De um lado, o medo da morte e o desejo de uma vida confortável compelem os homens a viver em paz, sob um governo que lhes ofereça proteção e segurança; do outro, o Estado é incapaz de sobreviver sem o recurso à acumulação de riqueza. O preço da paz perpétua é, igualmente, a constituição de um "império universal",⁴⁰ talvez

³⁶ Para tal impõe-se a abertura de novos mercados, de estruturas monopólicas e imperialistas através de descobertas geográficas. Cf. o verbete de Aldo Maffey sobre o mercantilismo, in Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, *Dicionário de Política*, Vol 2, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1991, p. 746.

³⁷ Arendt, *op. cit.*, p. 203; Hobbes, *op. cit.*, pp. 150 e 160.

³⁸ Fukuyama denomina a ambição de lançar sobre si próprio a aura do orgulho de *reconhecimento*. Cf. Fukuyama, *op. cit.*, pp. 187 e 197.

³⁹ Arendt, *op. cit.*, p. 203, e Hobbes, *op. cit.*, p. 150.

⁴⁰ A incoerência de Hobbes entre a esperança de encontrar algum dia uma sociedade pacífica e a sua doutrina de que os soberanos e nações independentes acham-se em estado de natureza e estão obrigados a fazer o que possam para submeter ou debilitar seus vizinhos foi assinalada por

um grande "poder soberano" à sombra do qual os homens sintam-se seguros e livres do freqüente medo da morte. Não é de todo improvável que Hobbes estivesse pensando em algo parecido à *pacificação* romana, à medida que, para ele, pouco importa que a paz chegue pela conquista ou não.⁴¹ Isso "torna possível ao Estado aumentar o seu poder à custa de outros Estados"⁴². Hobbes intui, assim, a necessidade de expansão, o interesse pelo ganho, as paixões e o egoísmo do homem burguês.⁴³ Mas as paixões precisam ser controladas. O pacto hobbesiano só se efetiva porque as paixões e outros desejos "devem ser submetidos por aquelas outras paixões que inclinam os homens para a paz".⁴⁴

4. Influência Transcontinental: O Interlocutor Americano

Hobbes imprime, na metade do século XVII, os traços gerais do "padrão moral burguês", numa análise que em trezentos anos não se tornou antiquada.⁴⁵ Mas em 1620, quando os *pilgrims* desembarcam na América, a filosofia política do autor do *Leviatã* está longe de qualquer definição. Provavelmente, aqueles pioneiros jamais tenham ouvido falar em Thomas Hobbes, embora a origem política e religiosa pareçam ter a mesma procedência: o capitalismo e o protestantismo britânicos. A lenda

Berns na obra citada, p. 396. Sobre o estado de natureza internacional em Hobbes ver *op. cit.*, pp. 185-187.

⁴¹ Os trechos mais significativos sobre a questão estão nos capítulos XIX e XX, e na conclusão do *Leviatã*. Cf. Hobbes, *op. cit.*, pp. 239-261 e 720.

⁴² Arendt, *op. cit.*, p. 204. A autora responsabiliza Hobbes pela noção inicial do Governo Mundial, ao transferir para a comunidade internacional a mesma posição que caracteriza os súditos antes de submeterem-se à autoridade do Commonwealth.

⁴³ Hobbes, *op. cit.*, pp. 162, 165 e 729.

⁴⁴ Albert O. Hirschman, *As Paixões e os Interesses* - Argumentos Políticos a favor do Capitalismo antes de seu triunfo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 36.

⁴⁵ Arendt, *op. cit.*, p. 200.

do êxodo bíblico e da "terra prometida" é uma "verdade" comum a ambos. (Afinal, aquela gente humilde já não sofrera um desterro de 10 anos - Leyden, 1609 - em terra estranha, antes de viajar para a América?⁴⁶ O termo *pilgrim* (peregrino) e a identificação com os antigos judeus não eram eventuais). A celebração do pacto pelos passageiros do *Mayflower* (navio que ancora no Continente em novembro de 1620) na região norte da Virgínia, pode ser considerada como a transposição, para a América, do famoso convênio do povo de Israel com Deus, cuja extraordinária semelhança com o contrato descrito por Hobbes no *Leviatã*⁴⁷ evidencia que tanto o filósofo como os emigrantes extraem suas raízes do mesmo solo fértil do capitalismo inglês. O espírito da época expressa sua força ideológica.

Hobbes, intelectual atento ao seu tempo, seguramente conhece a história dos descobrimentos e dela tira sua experiência. Não é casual que dedique um capítulo inteiro do *Leviatã* à procriação do Estado e faça referência a "*seus filhos*" como *colônias* ou *plantações*.⁴⁸ Não obstante se trate de uma racionalização de *hipótese colonial*, a América é o exemplo mais próximo - porque recente e de colonização britânica - da realidade inglesa. Se Hobbes tira proveito da experiência, claramente não o faz de forma rígida. Os textos da Sagrada Escritura, do ponto de

⁴⁶ Samuel Eliot Morison, Henry Steel Commager y William E. Leuchtenburg, *Breve História de los Estados Unidos*, México, Fondo de Cultura Económica, 1989, p. 39.

⁴⁷ O efeito produzido por este pacto é notável. Israel é uma nação governada pelo consentimento e, portanto, a única com direito a um soberano legítimo. A autoridade conferida por Deus transforma os súditos em *povo eleito*. O ato firmado pelos *pilgrims* na solenidade que fundou a colônia é digno de nota. Alude à presença de Deus e dos outros no contrato fundante do corpo político civil. Cf. Hobbes, *op. cit.*, pp. 415, 448 e 722. Vale a pena comparar o texto com o documento "virginiano" incluso no extrato de um trabalho publicado por William Bradford sob o título de "The first foundation", in Christopher Ricks e William L. Vance (orgs), *The Faber Book of America*, Londres, Faber and Faber, 1994, pp. 15-16.

⁴⁸ Hobbes, *op. cit.*, p. 301.

vista político-econômico, jamais tiveram uma leitura estritamente mecânica por parte do protestantismo, tanto que seus adeptos souberam isentar das punições religiosas - na magistral análise de Max Weber - todo lucro proveniente de uma atividade profissional honesta.⁴⁹ A teoria não consegue absorver a prática "ortodoxamente", não só pela impossibilidade congênita de extrair completamente dos fatos concretos os níveis totais de abstração, mas também porque não há lugar, no pensamento de Hobbes, para uma renovação política nos moldes da *polis* clássica.

Hobbes reconstrói o Estado - pelo menos na sua constituição inicial - nos termos da cidade antiga - democraticamente. O momento subsequente, porém, não oferece espaço para decisões coletivas. Dessa fonte filosófica, os construtores do futuro Estado americano vão haurir seus fundamentos políticos básicos. Essa afirmação contraria a opinião prevaiente de que cabe a Locke a influência principal sobre a composição integral da formação política norte-americana. Os créditos de Locke são imensos no que dizem respeito ao ideário liberal dos Estados Unidos e possuem um valor enorme para justificar o interesse atual pelo resgate do Estado mínimo (interno);⁵⁰ mas não explica inteiramente o *ânimo* (imperialista)

⁴⁹ Será coincidência que Hobbes, antes de Locke, reconheça no trabalho (*Industry*) a aquisição das coisas necessárias para a realização de uma vida confortável? Ou admita que tudo que não se oponha ao lucro e ao prazer do homem é sempre bem-vindo? Hobbes, *op. cit.*, pp. 188 e 729.

⁵⁰ Parece haver uma contradição em termos no chamado neoliberalismo norte-americano. Existe, de fato, uma crescente vontade de subtrair ao Estado grande parte de suas atividades econômicas. Ao mesmo tempo, essa exclusão, como demonstram as ações do Governo Reagan, ocorre apenas na esfera social. O tamanho do setor público cresce pela transferência de fundos federais do setor social para o setor militar e um enorme aumento de déficit federal. Esse estranho contraste leva um professor da Universidade John Hopkins a denominar o sistema americano de "*keynesianismo militarista*". Cf. Vicente Navarro, "Welfare e 'Keynesianismo Militarista' na Era Reagan", *Lua Nova*, n. 24, Set. de 1991, p. 204.

de satisfazer as necessidades de poder e reconhecimento do Estado moderno.⁵¹ A visão da grandeza do Estado, que "vê todas as coisas abaixo de si" não é de Locke, e sim de Hobbes.⁵² Ademais, Locke é, na expressão de um autor canadense, um "controversialista", um teórico, "não um filósofo político".⁵³ Hobbes, ao contrário, fornece uma filosofia completa do Estado moderno no que se refere à solução para épocas de crise. E é esta filosofia que vai inspirar a formação do Estado americano. O espírito hobbesiano - incluindo a própria linguagem empregada pelos "pais fundadores" em seus *papers*⁵⁴ - transpira nos principais textos veiculados pela Revolução de 1776 - e nos documentos que lhe sucedem imediatamente - o que demonstra que os líderes da insurreição assimilam e traduzem, na prática, as diretrizes ideológicas do seu pensamento.

A visão pessimista da natureza humana, o medo da morte violenta e da anarquia; as freqüentes referências às paixões e aos apetites dos homens, sempre em busca da fama e da glória; a necessidade do poder da *espada* (sanção) para se fazer cumprir a lei; a referência ao Estado como uma máquina movimentada por molas, e, finalmente, a alusão às sedições e insurreições como doenças do organismo político, tudo isso denota um conhecimento e um emprego deliberados da terminologia do

⁵¹ Consultar nota supracitada sobre Fukuyama.

⁵² Hobbes chama o Leviatã de "Pai dos Orgulhosos". Cf. Hobbes, *op. cit.*, p. 362.

⁵³ Cf. Frank M. Coleman, *Hobbes and America: Exploring the constitutional foundations*, Toronto, Southern Illinois University Press, 1979, p. 68.

⁵⁴ Em certos momentos a influência de Hobbes sobre os "pais fundadores" parece tão visível que as palavras dão a impressão de sair das páginas do *Leviatã*: "Pode-se dizer que a anarquia reina tão absoluta no estado de natureza que o indivíduo mais fraco não está seguro contra a violência do mais forte; e assim, neste último estado, mesmo os indivíduos mais fortes, devido a incerteza de suas condições, são impelidos a se submeterem a um governo". Cf. *Federalist*, p. 164.

autor do *Leviatã*.⁵⁵

O próprio Jefferson quando substitui a palavra *propriedade* por *busca da felicidade*⁵⁶ na mais notória passagem da “Declaração de Independência”, parece ter plena consciência de que está em desacordo com a teoria lockeana da propriedade, pois para ele, esta é uma dádiva social e não um direito natural.⁵⁷ A *Declaração* é somente um sintoma da influência de Hobbes sobre os *Founding Fathers*. De modo geral, a teoria jeffersoniana da política difere consideravelmente da de Hobbes. Radical democrata, sua política não tem vida duradoura nos governos americanos. Predominam os aspectos mais centralizadores dos federalistas.⁵⁸ A *Declaração de Independência* consiste muito mais em princípios libertadores da tutela colonial do que uma proposta efetiva de governo ou de como o poder governamental deve ser exercido. A proeza de fixar um conjunto de regras destinadas a normatizar as funções do Estado, regular a vida civil dos súditos da jovem república, e que sela definitivamente a sorte da sociedade política americana como organismo de extração hobbesiana, parte de uma série de artigos publicados pela imprensa de Nova Iorque, assinados por *Publius* - pseudônimo comum dos três autores de *O Federalista*: Alexander Hamilton, James Madison e John Jay*.

⁵⁵ Publius, *Federalist*, pp. 39-41, 49, 65-68, 84-85, 96, 163 e 181.

⁵⁶ Thomas Jefferson, “The Declaration of Independence”, in *The Great Books...* p. 1.

⁵⁷ Cf. Jefferson, *Escritos Políticos*, São Paulo, Ibrasa, 1964, p. 54. Como Hobbes, Jefferson acredita que, ao entrar na sociedade, nem todos os direitos devem ser renunciados (p. 53).

⁵⁸ Um analista da história americana procura demonstrar que a Constituição dos Estados Unidos é produto de uma reação *termidoreana*, em contraste com os princípios democráticos da *Declaração*. Cf. George Mace, *Locke, Hobbes and the Federalist Papers - An Essay on the Genesis of the American Political Heritage*, Carbondale, Southern Illinois University Press, 1979, pp. 10-11 e 13.

* Embora se conheça a autoria individual de cada artigo de *O Federalista* - com pequenas dúvidas a respeito de três ou quatro ensaios -, preferi manter,

Os artigos são escritos para persuadir os eleitores da convenção de ratificação de Nova Iorque a apoiar a nova Constituição dos Estados Unidos.⁵⁹ O estudo de interpretação política neles contido transforma a obra inteira num trabalho de ciência política que supera as circunstâncias particulares que estão em sua origem. Muitos o reconhecem como a expressão da típica mente americana. O que poucos notam, é que o conteúdo da concepção hobbesiana da natureza humana não é só, ali, confirmado e repetido; é transferido para o uso da palavra e expresso abertamente na forma da linguagem. Na maioria das vezes, quando muito, leva-se em consideração as observações de Madison sobre o governo como a maior das críticas à natureza humana, ou a alegação de Hamilton de que os homens são ambiciosos, vingativos e gananciosos.⁶⁰ Sem sombra de dúvidas, são características que têm boa acolhida por parte de Hobbes; mas também não seriam repudiadas por Maquiavel, Voltaire, Hume ou Nietzsche. As apreciações destes últimos são de pouca importância se cotejadas com a incrível similaridade dos escritos federalistas em relação às opiniões de Hobbes. Ao enumerar as causas da hostilidade entre as nações (e entre os homens) - o amor pelo poder, o desejo de preeminência, a rivalidade e competições comerciais, a ambição por recompensas pessoais⁶¹ - Publius equipara-se ao filósofo inglês na sua famosa descrição das principais causas dos conflitos entre os homens: competição, desconfiança e glória.

O que é extraordinário na imaginação de Publius é o seu talento para fazer derivar, dos resultados da análise sobre a natureza humana, as mesmas conclusões a que chega Hobbes, até

no texto, a assinatura original utilizada à época, recorrendo aos verdadeiros nomes somente em casos específicos e muito limitados.

⁵⁹ Cf. a apresentação de Isaac Kramnick à edição brasileira de *Os Artigos Federalistas*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993, p. 1.

⁶⁰ Publius, *Federalist*, pp. 39 e 163.

⁶¹ Publius, *op. cit.*, p. 39.

a medida do possível e onde permitem as condições históricas do século XVIII. Percebendo o que seria a incoerência entre a proposição de unificação nacional e a esperança de harmonia entre várias soberanias,⁶² Publius sugere a presença de um governo com poderes ilimitados e autoridade irrestrita.⁶³ As leis, por si sós, são incapazes de fazer valer a ordem se não estiverem acompanhadas da *espada*, pois os homens não se conformam aos ditames da razão e da justiça sem coação.⁶⁴ A acumulação do poder é tão ostensiva no *Federalista* quanto em Hobbes. A ascendência sobre os federalistas é nítida, mas a concepção é reestruturada, em função tanto da fraqueza intrínseca de um Estado ainda em processo de formação (apesar de suficientemente forte para vencer o exército britânico), quanto pela ausência de vizinhos poderosos em suas fronteiras. Antes de Tocqueville, Madison e Hamilton já haviam percebido a natureza "abstratamente" insular dos Estados Unidos,⁶⁵ se bem que existia, virtualmente, um estado de natureza em suas fronteiras.⁶⁶

⁶² Publius, *op. cit.*, p. 39.

⁶³ O poder ilimitado é para Publius (Hamilton) o que o poder absoluto representa para Hobbes. Em um discurso pronunciado em 18 de junho de 1787, Hamilton pede um mandato praticamente vitalício para o Presidente da República. Vale a pena comparar o discurso do federalista americano com uma citação de Hobbes. Para Hobbes, o governante deve se manter no poder enquanto estiver provendo a felicidade do povo, e que ele chama de "good government". Já para Hamilton, o Presidente deve permanecer no poder enquanto se mantiver de acordo com o esperado ("*during good behaviour*"). Cf. Hobbes, *English Works*, Vol. IV, Londres, John Bohn, 1840, p. 213; e Hamilton, "Hamilton's Plan of Union", in Commager (ed), *Documents of American History*, Nova York, Appleton, 1945, p. 138.

⁶⁴ Cf. Hamilton (Publius), *op. cit.*, pp. 65, 85 e 86. A timidez de Madison, sempre mais prudente em relação à acumulação de poder, não é obstáculo para que também reivindique uma supremacia ilimitada sobre os homens e todas as coisas. Madison, *op. cit.*, p. 127.

⁶⁵ Alexis de Tocqueville, *De la Democratie en Amérique, Souvenirs et L'Ancien Régime et la Revolution*, Paris, Bouquins, 1986, p. 224; Madison e Hamilton, *op. cit.*, pp. 58, 132-133.

⁶⁶ Cf. Coleman, *op. cit.*, p. 121.

É impossível ignorar a extrema preocupação dos líderes fundadores da pátria com a segurança contra o perigo externo e a acumulação de poder no que se refere à expansão interna. A menos de dois anos pós-Guerra da Independência, o medo da morte violenta parece penetrar nos corações daqueles homens empenhados em construir uma nação. O fortalecimento do poder prende-se, em princípio, a um objetivo defensivo. Mas a "expansão defensiva" não é simples acréscimo circunstancial da teoria à paisagem mercantil da ótica de *O Federalista*. Ela faz parte do repositório da consciência geral americana desde o período inicial da colonização, e é fortalecida e incorporada, subsequentemente, à consciência social da nação como uma promessa divina. Inegavelmente, o fortalecimento do poder aparece como o primeiro passo em direção a uma espécie de soberania bem mais complexa e global. A necessidade de dotar os Estados Unidos de uma Constituição tende a ser a forma mais segura de legitimar a acumulação de poder.

5. *Novus Ordo Mundi*: A Vitória de Hobbes

Aprovada a Constituição, pode-se dizer com segurança que a América acaba de nascer. Em última análise, prevalecem os princípios federalistas. Observando de perto os documentos dos líderes da revolução, de modo geral, e não apenas *O Federalista*, chegamos à conclusão de que os fundadores da nação americana possuem nítida consciência de que estão criando uma nova ordem no mundo, tanto que decidem alterar o verso de Virgílio *magnus ordo saeculorum* para *novus ordo saeculorum*.⁶⁷ A libertação da metrópole é, na metáfora utilizada por Hobbes, a emancipação dos filhos em relação ao pai, cuja exigência de laços futuros resume-se à honra e à amizade.⁶⁸

⁶⁷ Arendt, *Da Revolução*, São Paulo, Ática/UnB, 1988, p. 163.

⁶⁸ Hobbes, *op. cit.*, pp. 301-302. Deve-se comparar essa citação de Hobbes com um trecho da carta de Jefferson a James Monroe, em 1823: "Eu não

A luta pela independência, portanto, não pode ser considerada arbitrária. É o direito de resistência contra uma monarquia impopular para recuperar o *status quo ante*,⁶⁹ ou seja, o contrato celebrado pelos homens diante de Deus, e por isso mesmo legítimo, já que a tutela imperial inglesa fizera romper o vínculo inicial. O resgate do pacto é a certeza de que um novo êxodo não ocorrerá, e a expansão interna é a garantia de que a *terra da promessa* não será profanada.

A filosofia de Hobbes é o reforço e a confirmação das idéias da época, adaptadas a uma realidade específica. O povo americano está destinado a dominar o mundo.⁷⁰ A tendência para pensar os Estados Unidos como "guia dos povos" já se faz notar nos homens da revolução, e não se limita às fronteiras da América do Norte, mas "à idéia americana de dominar o mundo".⁷¹ Os fundadores da república, inclusive George Washington, caracterizam o país como um *império*, e Reinhold Niebuhr chama os Estados Unidos de *A Divina Israel Americana*, cuja missão consiste em fazer entender que se deve confiar no "Deus da civilização do mundo".⁷² Trata-se, sem dúvida, do modelo de expansão sem limites renunciada pelos federalistas, pela doutrina Monroe e James Pierce.⁷³ A expansão sugere um governo com poderes de vida e de morte, qualquer que seja o

hesito em abandonar meu primeiro desejo...e aceitar sua independência com paz e a amizade da Inglaterra. Jefferson, in Ricks e Vance, *op. cit.*, p. 405.

⁶⁹ Coleman, *op. cit.*, pp. 73-74.

⁷⁰ Publius, *Federalist*, pp. 53, 55-56.

⁷¹ Commager, *Living Ideas in America*, Nova York, Harper and Brothers, Publishers, 1951, p. 650.

⁷² Edward W. Said, *Culture and Imperialism*, Nova York, Vintage Books, 1993, p. 295.

⁷³ H. S. Commager, Allan Nevins e Jeffrey Morris, *A Pocket History of the United States*, Nova York, Simon and Schuster, 1992, p. 193.

lugar onde se localize a soberania.⁷⁴ Essa necessidade vital obriga os Estados Unidos a estender os limites dos seus domínios para o norte, o sul e o oeste.⁷⁵ Não se deve ignorar, que para os autores de *O Federalista*, ainda que os vizinhos sejam pouco poderosos, a vizinhança torna as nações inimigas naturais.⁷⁶ A prevenção é o melhor remédio para evitar um mal maior. A colonização para o oeste se não faz vizinhos tão poderosos inflama o ânimo expansivo americano, embora não resulte em grandes conseqüências até a Primeira Guerra Mundial. (Isto é, conseqüências transcontinentais, já que o Continente americano é alvo de muitas experiências intervencionistas). As conquistas anteriores estimulam o apetite americano, não obstante seus interesses encontrem-se restritos ao próprio Continente.

A Revolução Russa de 1917 e a Segunda Guerra Mundial alteram o panorama da política internacional afetando largamente a nação americana. Em primeiro lugar, a revolução socialista provoca um duplo impacto no orgulho americano. Obrigado a conviver com o medo da revolução, tem que dividir sua hegemonia - pelo menos no nível das idéias - com um adversário que se torna, a cada dia, ideologicamente mais poderoso. A corrida armamentista e o controle das armas nucleares estreitam as fronteiras geográficas. Um míssil apontado para Washington faz da União Soviética um *vizinho* com enorme

⁷⁴ Essa foi a "inovação federalista" em relação a Hobbes, e que não altera em nada os termos do poder soberano *enquanto soberania externa*. Se no *Leviatã* a causa do monarca é a mesma do bem público, no *Federalista* o legislativo é juiz de si próprio. Publius, *Federalist*, p. 50. O que importa, no caso, é que no nível da política externa a soberania está preservada.

⁷⁵ José Maria Tornel y Mendivil, "This moderne Rome", in Ricks e Vance, *op. cit.*, p. 409. Merece atenção, também, a defesa que faz Monroe do Continente americano, na *Federal Gazette*, em 1823, in Ricks e Vance, *op. cit.*, pp. 406-408.

⁷⁶ Publius, *Federalist*, p. 41.

poder de fogo.⁷⁷ O equilíbrio do poder torna o cenário mundial numa multiplicidade de potências sem governo (quer dizer, sem poder comum), uma espécie de anarquia internacional. A ausência de um governo internacional é a causa fundamental das guerras.⁷⁸ Esse equilíbrio, como já sublinhara Hobbes, conduz o Estado à insegurança e à instabilidade. Sem a existência de um poder comum capaz de garantir a paz e a tranquilidade, os homens encontram-se naquela situação de igualdade que é a condição do estado de guerra. Ao mesmo tempo em que isso ocorre, há uma expectativa de reciprocidade, que é a não violação do direito (internacional) por medo da punição.⁷⁹ Mas no momento em que uma das partes percebe uma significativa ameaça a seus objetivos fundamentais, considerações legais são rapidamente desprezadas.⁸⁰ Em segundo lugar, a guerra de 1939/45 força a nação americana a mudar os rumos de sua economia, fortalecendo o aparelho militar.⁸¹ Cresce o medo americano da morte violenta - da revolução socialista e do movimento operário internacional.⁸²

O sentimento de ameaça à legitimidade do Estado e a capacidade de proteger e de preservar aqueles direitos fundamentais que são a vida e a liberdade lhe conferem o poder de resistir ao perigo estabelecido pelo estado de natureza

⁷⁷ Segundo Bobbio, o modelo hobbesiano é importante e historicamente significativo porque a contraposição entre a guerra e a paz torna-se atual com a contínua ameaça de uma guerra termonuclear. Bobbio, *Il problema della guerra e le vie della pace*, Bolonha, Il Mulino, 1991, p. 131.

⁷⁸ Martin Wight, *A Política do Poder*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1985, p. 82.

⁷⁹ Cf. Robert L. Wendzel, *Relações Internacionais*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1985, p. 33.

⁸⁰ Wendzel, *op. cit.*, p. 34.

⁸¹ Hannah Arendt assinala que o temor da revolução tinha sido o *leitmotiv* da política exterior americana do pós-guerra, na sua tentativa de recuperar o prestígio internacional. Cf. Arendt, *op. cit.*, p. 173.

⁸² James O'Connor, *USA: A Crise do Estado Capitalista*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 158.

internacional. Ao mesmo tempo, o impulso que leva os Estados Unidos a procurar o reconhecimento dos povos, conduz sua sociedade a uma batalha cruenta contra outras sociedades.⁸³ Essa espécie de reconhecimento - *megalothymia* - ou em outras palavras, imperialismo, provém do desejo de ser reconhecido como superior.⁸⁴ Perdido o prestígio, não há outra maneira de reconquistar o reconhecimento a não ser pelo uso da força. A perda do prestígio deve-se, entre outras coisas, ao declínio da taxa média anual de crescimento dos Estados Unidos em relação à ascensão da mesma taxa de crescimento em outros países.⁸⁵ Como o Leviatã hobbesiano, a América torna-se uma "estrutura vacilante", necessitando ir à procura de novos "amparos de fora". Sua vulnerabilidade a impele a relacionar os problemas internos com a questão da segurança. Os Estados Unidos encontram-se diante de um dilema difícil de solucionar. Internamente ressentem-se da necessidade de livrar-se da carga intervencionista sobre a economia; mas não pode sobreviver sem compensar em investimentos militares e na expansão do seu poder, revelando o seu destino de "Estado mercantil" contemporâneo. O Estado do século XX seguramente não possui uma estrutura mercantil pura. Contudo, "lança mão de instrumentos neomercantilistas de protecionismo em benefício de sua própria produção e empregos",⁸⁶ e o sentimento protecionista expande-se na mesma simetria em que cresce o processo de globalização. Está hoje mais

⁸³ Fukuyama, *op. cit.*, p. 314.

⁸⁴ Fukuyama, *op. cit.*, p. 314. Em todo caso, para o autor de *O Último Homem*, as democracias liberais já abandonaram o estágio da necessidade de serem reconhecidas como superiores para serem reconhecidas como iguais (*isothymia*).

⁸⁵ Cf. Paul Kennedy, *The Rise and Fall of the Great Powers*, Londres, Fontana Press, 1989, p. 559.

⁸⁶ Cf. Hélio Jaguaribe, "A Nova Ordem Mundial", *Política Externa*, Vol. 1, n. 1, jun, 1992, p. 8.

influyente do que há uma década.⁸⁷

A União Soviética sofre da mesma "*síndrome ideológica*"; sua estrutura interna, porém, não comporta vãos mais altos, à medida que sua política expansiva entra em contradição com sua forma ideológica interior. Os investimentos na área militar incitam a América ao seu destino de acumular poder e capital,⁸⁸ enquanto o governo soviético sente-se formalmente impedido de acumular o segundo de maneira *privadamente* plural, ou seja, de distribuir a riqueza, individualmente, a pessoas ou empresas. O declínio americano pode ser relativamente mais rápido do que o da URSS em décadas passadas, mas seus problemas são quase nulos em comparação com os da Rússia, em virtude de sua força industrial e tecnológica. A economia americana possui melhores chances de reajustamento do que um poder rígido e *dirigista*.⁸⁹ Só a demanda pela acumulação consegue explicar que mesmo após o fracasso do socialismo os Estados Unidos permaneçam necessitando ampliar suas fronteiras de influência. Não é coincidência que a rápida guerra do Golfo Pérsico tenha "salvo a indústria bélica americana do fantasma da recessão e de um severo corte no orçamento".⁹⁰ Paralelamente a isso, o colapso do socialismo e a vitória da "idéia Ocidental" modificam a geografia política mundial, evocando a esperança de paz e de prosperidade num mundo integrado por um mercado unificado. Avoluma-se a crença na concretização de um governo mundial.⁹¹

⁸⁷ David McKay, *Politics and Power in the USA*, Harmondsworth, Penguin Books, 1994, p. 12.

⁸⁸ A autoridade concedida por Deus (e pelos homens) - é o suficiente lembrar as últimas resoluções da ONU - transforma a força em lei e a agressão em legitimidade.

⁸⁹ Cf. Kennedy, *op. cit.*, p. 665.

⁹⁰ Revista *Veja*, 06 de fevereiro de 1991.

⁹¹ A noção de que o governo mundial é uma possibilidade em potencial encontra-se numa infinidade de autores. Entretanto, alguns admitem que a hegemonia se dará através de uma espécie de "soberania coletiva" - a ONU,

Num mundo cuja tendência parece ser a de reduzir os grandes conflitos internacionais - o que não significa eliminá-los, na sua totalidade - não há lugar para "aventuras" por parte de quem não possa oferecer uma vida confortável aos súditos. A solução é adaptar qualitativa e quantitativamente a força à esfera ideológica, ampliando o conceito da dimensão expansiva, transferindo seus efeitos para o plano material (econômico), com ênfase no poder do capital e no papel da tecnologia. Essa adaptação implica numa espécie de amparo legal com o consentimento dos aliados e ao mesmo tempo liderados. A impossibilidade do inimigo em potencial acompanhar velozmente as mudanças operadas pela ciência mais avançada da nossa época é mínima.⁹² O abismo entre o aparentemente real e a ilusão do humanamente ideal é acentuado, incentivando a formação de um *novo contrato*. É o preço pago por todos para sair do estado de natureza em direção à sociedade civilizada. A *Novus Ordo Mundi* - Nova Ordem Mundial - exige a renúncia a certos direitos e a "obediência" a um poder comum - um soberano internacional - legitimado pela aceitação dos súditos universais; pois em tais circunstâncias, a América é considerada a única nação com capacidade efetiva de oferecer segurança e felicidade, condições

por exemplo -, como é o caso de Brian Urquhart, num artigo intitulado "Quem pode policiar o mundo?", *Política Externa*, Vol. 3, n. 2, 1994, pp. 34-35. Mas a grande maioria, principalmente intelectuais americanos, acredita que os Estados Unidos são único país com capacidade de liderar a nova ordem. Cf. Robert McNamara, "Uma visão dos Estados Unidos no século XXI", in *Política Externa*, Vol. 1, n.3, dez-fev, 1992/93, p. 50; Godfrey Hodgson, "American Ideals, Global Realities", in *World Policy Journal*, Vol. 11, n. 4, 1993/94, pp. 1, 2 e 6, e Walter Russel Mead, "The American Foreign Tradition Policy", in *World Policy Journal*, Vol. 11, n. 4, 1994/95, pp. 3 e 15, entre outros.

⁹² Convém registrar que o Estado hobbesiano não se sustenta exclusivamente pela força. O *consentimento* é um procedimento legal que torna a força legítima.

exigidas para a *paz perpétua*,⁹³ e o capitalismo emerge como a última forma do governo humano em que toda alternativa é descartada. Por isso, a ordem pode se “legitimar”, do ponto de vista filosófico, como ocorre na explicação de Fukuyama. Já não existem mais guerras nem os Estados lutam entre si. Essa paz perpétua, porém, torna-se duvidosa, pois a paz da superpotência pode ser a paz do terror.⁹⁴ De qualquer modo, é a confirmação de que o *espírito* de Hobbes se reconhece no fim da história. Resta saber se desta vez é definitivo.

⁹³ Nada mais perspicaz do que a afirmação de Kant de que "a vontade de todo Estado (ou de toda autoridade suprema) é chegar à situação de paz duradoura dominando todo o mundo". Cf. Immanuel Kant, *La paz perpétua*, Madri, Tecnos, 1989, p. 40.

⁹⁴ Cf. Bobbio, *op. cit.*, p. 137.